

ASPECTOS GERAIS EM JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - DAG

Competência técnica: Legislação Aplicada à Área
Conhecimentos relacionados: Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95)

Objetivo Geral

Apresentar aos participantes conhecimentos que favoreçam o entendimento da Lei 9099/95, dos princípios e das normas que regem o Juizado Especial Cível, capacitando-os a aplicá-los no exercício de suas funções.

Objetivos Específicos

- Compreender os princípios da Lei n. 9099/95;
- Conhecer os atos processuais do Juizado Especial Cível;
- Identificar as partes envolvidas no processo, os recursos compatíveis com a Lei n. 9099/95 e as possibilidades de utilização das regras constantes no CPC, de 2015.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, materiais de leitura, estudo de casos e recursos audiovisuais.

Conteúdo Programático

- Introdução, fundamento constitucional e legal;
- Princípios precípuos do Juizado Especial Cível: oralidade, informalidade, simplicidade, economia processual e gratuidade de justiça no primeiro grau de jurisdição;
- Competência;
- Do juiz, dos juízes leigos e dos conciliadores;
- Das partes;
- Do pedido;
- Das citações e intimações;
- Da revelia;
- Da audiência de conciliação;
- Da audiência de instrução e julgamento;
- Da resposta do réu;
- Das provas;
- Da sentença;
- Embargos de declaração;
- Recurso inominado;
- Do mandado de segurança;
- Da execução;

- Aviso Conjunto TJ/COJES nº 14/2017;

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Bibliografia

- BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan.
- BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 março 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 21 mar.2015.
- BRASIL. **Lei nº. 8078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm. Acesso em 04 out. 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 05 de outubro de 1988. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 04 out. 2015.
- BRASIL, **Lei 9.099/95**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Brasília: Senado, 1995.
- CHINI, Alexandre; FLEXA, Alexandre; COUTO, Ana Paula; ROCHA, Felipe Borring; COUTO, Marco. **Juizados especiais cíveis e criminais**. Lei 9.099/95 Comentada. Salvador: Juspodivm, 2019.
- MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Procedimentos Especiais**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. vol.III.
- DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 13. ed. Salvador: JUSPODIVM, 2016. vol.3.

Carga horária

18 horas

Atualização: 12/11/2020	Revisão: 02
-------------------------	-------------